

Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho

Despacho n.º 7348/2001 (2.ª série). — De harmonia com o preceituado no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e no artigo 8.º do Regulamento de Estágio, aprovado por despacho do Secretário de Estado do Trabalho de 24 de Junho de 1996, constituo o júri do estágio para ingresso na carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, conforme concurso aberto por aviso publicado no 2.º suplemento ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 301, de 31 de Dezembro de 1997:

Presidente — Dr. Rui Manuel Ferreira Rodrigues Machado, delegado.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria do Nascimento Mendes Nabais Guerra Soares, delegada-adjunta.

Dr.ª Maria Helena Antunes Ribeiro da Silva Franco, assessora principal.

Vogais suplentes:

Dr.ª Angélica da Graça Miguel, técnica superior de 1.ª classe.

Dr. Jorge Manuel Maurício Pinhal, técnico superior de 2.ª classe.

20 de Março de 2001. — O Presidente da Direcção, *Brito Xavier*.

Despacho (extracto) n.º 7349/2001 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Março de 2001 do vice-presidente da direcção do IDICT:

Licenciada Maria de Fátima Carolino Maltezinho, professora do 1.º ciclo do quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social do Alentejo — reclassificada, nos termos da alínea e) do artigo 4.º, artigos 6.º e 7.º, e n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de assessor principal do quadro de pessoal do IDICT. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Março de 2001. — O Director de Serviços, *Rui Manuel José Barbosa*.

Instituto de Solidariedade e Segurança Social

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Leiria

Despacho n.º 7350/2001 (2.ª série). — *Delegação de poderes.* — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 30-E/2000, de 20 de Dezembro, deogo nos juristas a seguir indicados o poder para proferirem decisão sobre a concessão de apoio judiciário previsto na lei supra-referida:

Licenciado Júlio Coelho Martins, técnico superior de 1.ª classe.
Licenciado António Manuel Pinto de Carvalho Elias, técnico superior estagiário.

Licenciada Maria José Pereira Alves Coutinho, com funções inerentes à categoria de técnico superior de 2.ª classe.

Licenciada Susana Catarina Dias Martins, com funções inerentes à categoria de técnico superior de 2.ª classe.

2 — As delegações de poderes a que se refere o presente despacho entendem-se sempre feitas sem prejuízo dos poderes de avocação e supervisão, não sendo autorizada a subdelegação.

3 — O disposto no presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

20 de Março de 2001. — A Directora, *Maria de Lurdes Ferreira da Silva Farinha*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Aviso n.º 5536/2001 (2.ª série). — Faz-se público que, por força da aplicação do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 33/2001, de 8 de Fevereiro, passam os guardas prisionais de 2.ª classe, de

nomeação provisória, escalão 1, índice 110, identificados nos despachos publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 201, de 31 de Agosto de 2000, e 19 de 23 de Janeiro de 2001, a ter a designação de guardas de nomeação provisória, escalão 1, índice 120, desde a data da respectiva posse.

26 de Março de 2001. — O Director-Geral, *Celso José das Neves Manata*.

Despacho (extracto) n.º 7351/2001 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Serviços Prisionais de 14 de Março de 2001:

Mário Jorge Correia Guimarães — contratado, em regime de contrato administrativo de provimento, no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2001.

22 de Março de 2001. — A Subdirectora-Geral, *Maria Isabel Freire Alves*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7352/2001 (2.ª série). — Na cidade de Coimbra encontram-se em exploração uma sala de jogo do bingo.

O respectivo município satisfaz, no entanto, os pressupostos exigidos pelo artigo 3.º do Regulamento da Exploração do Jogo do Bingo (REJB), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 314/95, de 24 de Novembro, para que possa ser autorizada a existência de mais uma sala, o que foi considerado de interesse pelas autoridades locais.

Assim sendo, ao abrigo dos artigos 3.º e seguintes do REJB, determino o seguinte:

1.º É aberto concurso público, entre as entidades referidas no artigo 4.º do REJB, nos termos e condições previstas na Portaria n.º 880/93, de 15 de Setembro, mantida em vigor pelo artigo 6.º, alínea e), do citado Decreto-Lei n.º 314/95, para adjudicação de concessão para exploração de uma sala do jogo do bingo a instalar na cidade de Coimbra, com funcionamento diário durante todo o ano.

2.º No concurso a que se refere o número anterior, têm preferência as pessoas colectivas públicas e as pessoas colectivas de utilidade pública, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do REJB e do n.º 3 do programa dos concursos, aprovado pela citada Portaria n.º 880/93.

22 de Março de 2001. — O Ministro da Economia, *Mário Cristina de Sousa*.

Direcção-Geral da Indústria

Despacho (extracto) n.º 7353/2001 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Março de 2001 do director-geral da Indústria, no uso de competência subdelegada:

Licenciado António João Rocha Barata, técnico superior de 2.ª classe (carreira técnica superior) do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Indústria, na situação de licença ilimitada — autorizado a regressar ao serviço, ficando posicionado no escalão 1, índice 400, do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/89, de 18 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Março de 2001. — O Director dos Serviços de Gestão, *Manuel Fernandes*.

Direcção Regional do Norte do Ministério da Economia

Despacho (extracto) n.º 7354/2001 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Março de 2001:

Paulo Nuno Lopes da Cunha, técnico profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal desta Direcção Regional — reclassificado, com efeitos à data do despacho, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe (escalão 1, índice 400) do mesmo quadro, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Março de 2001. — A Directora Regional, *Georgina Corujeira*.